

# OS DESAFIOS DO CONSELHEIRO CRISTÃO NO ATENDIMENTO À MULHER CONTEMPORÂNEA

Edna Anselmo Oliveira<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo uma reflexão a respeito da transição da mulher tradicional à mulher contemporânea, seus novos papéis, transformações e os novos desafios. A partir da I e II Guerra Mundial, a família e, principalmente, a mulher passaram por algumas transformações, em especial no que se refere ao seu papel dentro da família e sua inserção no mercado de trabalho, anteriormente de dominância masculina. É este contexto – gerador de grandes mudanças – que irá imprimir na família e na mulher impactos relevantes a serem considerados, pois sentimentos ambíguos e conflituosos de satisfação e insatisfação concorrem com a sensação de grande peso e crises sobre a mulher que precisa, por sua vez, lidar com suas culpas, angústias e tantas outras responsabilidades em um acúmulo de funções preocupantes.

**Palavras-chave:** mulher, contemporaneidade, trabalho feminino, maternidade.

## ABSTRACT

This article aims to reflect about the transition from the traditional to the contemporary woman, her new roles, changes and new challenges. After The First and Second World War, the family and, especially, the wife went through some transformations mainly with regard to their role within the family and their integration into the labor market, formerly of male dominance. It is this context - generator of great change - that will impress the family and the woman significant impacts to be considered, as ambiguous and conflicting feelings of satisfaction and dissatisfaction compete with the feeling of great weight and crises on women who have to deal with their guilt, anxiety and many other responsibilities in an accumulation of disturbing functions.

**Keywords:** woman, contemporary, female labor, maternity.

## INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, inúmeras mudanças sociais, éticas e morais vêm ocorrendo no mundo. Elas nos levam a repensar, sobretudo, a respeito do lugar da mulher, seu papel e a sua importância na sociedade contemporânea. Assim como os valores e as regras que regem o mundo alteram-se num ritmo acelerado, também a mulher transforma-se numa evolução tão rápida que, por vezes, é incapaz de identificar por si mesma as conexões diversas que dão origem a tantas mudanças. Estas transformações ocorreram ao longo dos séculos XIX e XX (FIORIN, PATIAS E DIAS, 2011).

Neste cenário, a mulher conquista sua independência civil e profissional, ganha espaço e força no mercado de trabalho, ocupando-se de outras atividades além da casa, do marido e dos filhos. Apesar dos discursos modernizantes a respeito da mulher, não se pode negar a cobrança demasiada que ela sofre em relação a si própria e à sua vida particular (SILVA E LIMA, 2012).

O homem, por sua vez, deixa de ser apenas o provedor da família passando a assumir, com mais liberdade, seus afetos, seus sentimentos e reivindicando o exercício pleno da paternidade. Ao mesmo tempo, à medida que cresce o número de divórcios<sup>2</sup>, o casamento perde sua força simbólica como mantenedor do vínculo familiar, deixando de ter uma finalidade estritamente social, sendo a ele atribuídas novas funções, como a da realização pessoal. Surgem, neste contexto, mulheres separadas, filhos de produção independente, filhos de pai ou mãe solteiros, avós que se tornam mães de seus netos, dentre outras composições.

Os diferentes papéis assumidos pela mulher, além dos de esposa e de mãe, trazem uma nova configuração da maternidade o que, por sua vez, implica necessariamente uma nova configuração para o exercício da paternidade. Assim, o antigo padrão não mais responde às necessidades e às possibilidades da mulher contemporânea.

Silvia e Lima (2012, p. 46) apontam para um fato curioso ao dizer que, apesar dos conflitos dessas mulheres (dupla jornada de trabalho, filhos, marido, etc.) é na maternagem que ela deposita, paradoxalmente, a possibilidade de uma “[...] realização simbólica de seus melhores aspectos”. A mulher está conseguindo assimilar tantas mudanças, cobranças e podendo viver a vida de uma forma plena? E o que pensar a respeito desse paradoxo?

A vida cotidiana possui um ritmo acelerado, como relações interpessoais superficiais, com rápidas mudanças na tecnologia e a urgência de vivermos sempre correndo atrás do tempo. Tais mudanças geraram diferenças nas representações dos papéis e funções da mulher, além das expectativas sociais elevadas sobre a mesma que, muitas vezes a fazem sofrer das mais diversas formas (FORGHIERI, 2007; FIORIN, PATIAS E DIAS, 2011).

O conselheiro, diante desse cenário, precisará levar tais fenômenos em conta, sobretudo, para ajudar seu aconselhando, dentre tantas coisas possíveis, a realizar o sentido inverso, ou seja, fazê-la voltar a perceber-se em seus conflitos, ajudá-la em suas aflições, tristezas e ansiedades decorrentes deste contexto, por vezes, avassalador.

Muitas reflexões estão voltadas para as questões da contemporaneidade, momento em que os valores modificam-se o tempo todo, dificultando a assimilação, por parte de muitas pessoas, do que lhes acontece ao redor. Mesmo assim, nas palavras de Molochenco (2008, p.14) “O ser humano precisa de relacionamentos humanos, mesmo diante de todas as atuais pressões por agilidade em todas as coisas”. Como será que estão, então, os relacionamentos afetivos da mulher pós- moderna?

O cenário está dado e o conselheiro deverá atentar-se para as possíveis dificuldades emergentes destes aspectos sociais que atingem diretamente as mulheres. São estas que irão procurar o profissional de aconselhamento, por vezes confusas e cheias de sintomas, prejudicadas por uma frágil identidade, cheias de culpa por conta dos ideais impostos e, sobretudo, de uma ilusória interação humana.

O objetivo do artigo será identificar, através de levantamento bibliográfico, quais os possíveis impactos e mudanças da era contemporânea na mulher brasileira, possibilitando uma maior compreensão dos novos significados deste contexto e pensar, especialmente, sobre a prática do profissional de aconselhamento diante dessas novas configurações no atendimento desta, também nova, mulher.

## **1. A mulher no século XIX e XX.**

Após as I e II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945), os principais questionamentos sobre a família, o papel dos homens e das mulheres começaram a tomar forma, pois naquela ocasião eram as mulheres que assumiam os negócios da família e/ou a posição dos homens no mercado de trabalho

quando estes partiam para frentes de batalha. Quando a guerra acaba, tem-se uma nova situação: muitos homens mortos e outros mutilados incapazes de voltarem ao trabalho. Foi então que as mulheres começaram a deixar casa e filhos para levar adiante os negócios familiares – antes realizados pelos maridos – e partir a procura de emprego para sustento da família (PROBST, 2007).

Anteriormente, ainda no século XIX, consolida-se o sistema capitalista com inúmeras mudanças na produção do trabalho e intensa captação de mão-de-obra feminina para as fábricas. Desde então, leis passaram a beneficiar as mulheres e regular o trabalho feminino. No século XX, com tantos movimentos ocorrendo no mundo e no Brasil, se desencadearam alterações das mais diversas ordens como: mudança de valores e mudança nos papéis desempenhados por homens e mulheres. Tais transformações, decorrentes da globalização, ou seja, do avanço imensurável da tecnologia e da ciência, foram primordiais para que houvesse uma mudança drástica no papel da mulher no que concerne sua ascensão no mercado de trabalho e sobre seus novos papéis. “Não há dúvidas de que nos últimos anos a mulher está cada vez mais presente no mercado de trabalho. Este fenômeno mundial tem ocorrido tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, e o Brasil não é exceção” (PROBST, 2007, p. 2).

Essas mudanças de valores, práticas e papéis são interpretadas como crise que abalou a “estabilidade” familiar até então conservada (BIASOLI-ALVES, 2000). Em linhas gerais, essa estabilidade era mantida até meados do século XX, com a maternidade sendo a única função da mulher valorizada socialmente e por meio da qual a mulher obtinha reconhecimento e valor. Era uma posição de prestígio e, por vezes, a imagem da mãe sacralizada e o amor materno “instintivo” foram sustentados para reprimir o poder e autonomia da mulher, atribuindo-lhe culpa caso não cumprisse seu dever (BORSA E FEIL, 2008).

A mulher não precisava e não deveria ganhar dinheiro. As que ficavam viúvas, ou eram de uma elite empobrecida, e precisavam se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomendas, arranjo de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano, etc (PROBST, 2007, p. 1).

Neste contexto, é importante ressaltar a importância e grande influência que a religião desempenhava (e ainda desempenha, em menor escala) para manter e assegurar valores familiares, restringindo as mulheres através de temores ligados ao “pecado”, a “desobediência” e, como consequência, o inferno, a culpa etc. A religião sustentou através da coerção, o modelo tradici-

onal e submisso, pelo qual elas deveriam obedecer, reforçando este sentido junto ao discurso familiar que sempre procurou manter os valores tradicionais intactos (BIASOLI- ALVES, 2000).

Romanelli (2002) descreve alguns dos atributos básicos do modelo de família tradicional – hoje frequentemente repensada – como: possuir estrutura hierarquizada, onde o pai/marido possui autoridade sobre os outros; distribuição de tarefas pelo sexo masculino e feminino; controle da sexualidade feminina e posição definida do afeto entre pais e filhos. Na prática, as formas como tais atributos se desenvolvem podem se aproximar desse modelo descrito, mas nem sempre se adequam a ele, sofrendo variações conforme processos sociais, culturais e históricos pelos quais as famílias se inserem. “De fato, a família é a primeira unidade reprodutora dos valores e experiências presentes na cultura, já que propaga, entre seus membros, os valores e práticas sociais que devem ser vividos por esses indivíduos” (FIORIN, PATIAS E DIAS, 2011, p. 127).

Concomitantemente, as representações sobre o papel feminino e expectativas sociais a respeito da mulher sofreram grandes mudanças ao longo dos séculos XIX e XX. Passou-se do modelo de família tradicional burguesa (patriarcado) de submissão feminina para o da família contemporânea, quando o modelo até então colocado sofre variações contínuas. Nesse momento, a mulher alcança maior liberdade, valor este extremamente importante para a categoria feminina que alcança diferentes representações das suas funções e dos papéis nessas novas configurações familiares (FIORIN, PATIAS E DIAS, 2011).

Mesmo assim, foi a partir do século XX que o cenário feminino se alterou expressivamente, com o acesso ao ensino e direito ao voto – conquistado pelas feministas da Europa e EUA – que refletiu no Brasil, com algumas realizações para a categoria e para a reflexão do papel da mulher no país. A maternidade, até então, era vista por essas feministas como dominação do homem sobre a mulher, considerada opressão à livre escolha da mesma em gestar uma criança. O preservativo e a pílula anticoncepcional puderam, por fim, possibilitar a escolha de decidir sobre sua vontade em querer engravidar ou não, além de decidir o momento em que isso poderia acontecer (FIORIN, PATIAS E DIAS, 2011).

Para Borsa e Feil (2008), a maternidade foi duramente criticada pelas feministas que alegavam que tal discurso era construído socialmente e, portanto, uma imposição cultural sobre a mulher que deveria a qualquer custo

tentar escapar, pois, do contrário, seria submetida ao homem. A ideia é não aceitar a maternidade como destino, mas como uma opção e a função reprodutora não mais comandada pela lógica do biológico, mas da vontade. Aqui também entra uma mudança importante, pois agora a mulher possui a possibilidade de estabelecer novas parcerias amorosas, permitindo que consiga novas redes sociais de inserção das quais assume novos desafios.

No entanto, Biasoli- Alves (2000) acredita que apesar das grandes conquistas da mulher, não é certo afirmar que os valores de até três décadas atrás, foram esquecidos totalmente e entende que muitos deles ainda são mantidos. Existe, segundo a autora, um pano de fundo no qual a mulher ainda está sendo avaliada, pois além das conquistas já alcançadas, precisa ser capaz de aprender a dominar tarefas como: gerir contas; dominar leitura e escrita para promover melhor educação aos seus filhos garantindo o sucesso profissional dos mesmos; priorizar a vida doméstica e largar emprego e faculdade para se dedicar à família quando necessário. Uma renúncia que, apesar dos ganhos obtidos historicamente, é valorizado como sendo um “dever” da mãe/esposa para que ela cuide bem dos seus. A autora enfatiza:

É usual ainda que, por motivos que hoje se diria serem pequenos, a filha seja retirada da escola e posta em casa “para ajudar”. Também se decide por interromper seus estudos ou trabalho “para que ela se prepare para o casamento”, que pode estar ocorrendo antes dos 18 anos, desde que o noivo tenha condições financeiras favoráveis e a família o veja como “um ótimo partido” (BIASOLI- ALVES, 2000, p. 236).

A mulher do século XX não é inteiramente diferente da de cem anos atrás e deve-se ter cautela ao averiguar as mudanças até aqui mencionadas, visto que uma alteração completa não ocorre em apenas um século de história, e cada etapa não permite um afastamento da etapa anterior, portanto, os valores e mudanças estão emaranhados na cultura. A assimilação é lenta, porém profunda dos modos de transmissão de novos valores, padrões.

## **2. Transformações no papel da mulher tradicional à contemporânea.**

Na sociedade patriarcal, a mulher é subordinada ao pai e, depois, ao marido, os provedores. Ela, nesse contexto, cumpre a função de zelar pelo lar promovendo conforto e segurança ao marido e filhos para que estes possam trabalhar e se desenvolver da melhor maneira possível. O cuidado poderia se estender aos pais e sogros e isso acontecia indiscutivelmente dentro da família. Por dedicar-se assim por uma vida inteira, não era incentivada a estudar,

mas apenas aprender o básico sobre os livros (FIORIN, PATIAS E DIAS, 2011).

Amor, casamento, família, sexualidade e trabalho, antes vivenciados a partir do sentido de tradição, começam a ser reestruturados no mundo contemporâneo de forma que tal sentido vai sendo abandonado e passa-se a conceber a individualidade como grande conquista social. Tal processo, impulsionado pelas mulheres – e principalmente o movimento feminista –, permitiu a ela reformular seu lugar e seus papéis no âmbito privado e público (SARTI, 2002).

Foi entre 1975 e 1985 que a mulher pôde conquistar através de muitas lutas, leis que garantissem seus direitos e ações políticas concretas nesse sentido, sem discriminações e preconceitos sofridos até então<sup>3</sup>. Na contemporaneidade, portanto, foi considerada como sendo uma cidadã, e as leis conquistadas, não fazendo diferenças de gênero como em momento anterior, possibilitaram-na decidir se casar ou não, divorciar-se, ter ou não filhos etc. Alcançou, também, espaço em diversos cargos e funções antes exclusivas ao homem (FIORIN, PATIAS E DIAS, 2011).

SARTI (2002, p.43) nos esclarece a questão quando diz que,

Nas sociedades tradicionais, ao contrário das sociedades modernas, onde a dimensão da individualidade é valorizada, os papéis familiares não são conflitivos, porque estão predeterminados. A partir do momento em que existe espaço social para o desenvolvimento desta dimensão individual, os papéis familiares se tornam conflitivos na sua forma tradicional, embora a vida familiar continue tendo o mesmo valor social que sempre teve.

Romanelli (2002) entende que a divisão dos papéis familiares modificou a relação entre o homem e a mulher e entre pais e filhos, com negociações dando lugar ao que antes era feito por meio de autoridade. No geral, as formas de divisão do trabalho doméstico e de cooperação financeira por parte da mulher vieram questionar a autoridade masculina e parental, até então predefinida. Agora, os afazeres domésticos são redistribuídos entre esposa e marido.

Na família contemporânea brasileira de classe média, o processo está em transição, no qual pais e mães compartilham os afazeres da casa e o cuidado com os filhos, pois a mulher também é produtora de rendimentos e contribui à renda familiar significativamente (BORSA E FEIL, 2008). Apesar disso, é válido ressaltar que as relações hierarquizadas e a dominância

masculina não foram eliminadas completamente, pois apesar de ter sua própria remuneração, a esposa não possui autoridade sobre seu marido, mesmo assim “[...] em várias áreas da esfera privada da vida doméstica, ela exerce seu comando, às vezes sem consultar o marido, outras vezes contra a vontade deste” (ROMANELLI, 2002, p. 83).

Com isso, cresce o número de mulheres em postos diretivos nas empresas subindo de 8%, em 1990 para 13 %, em 2000 (PROBST, 2007, p. 3). Segundo esses autores, a diferença de rendimentos vem caindo rapidamente e acredita-se que, em um futuro próximo, a diferença salarial tenderá a inexistir, já que muitas vagas estão sendo preenchidas pelas mulheres – categoria que já é maioria no país – que, além de tudo, possuem qualidades específicas muito procuradas pelas empresas como: poder sugerir soluções variadas e criativas, possuir sensibilidade para tomar decisões mais sabiamente, saber trabalhar com a diversidade.

Neto, Tanure e Andrade (2010) nos lembram de que o cenário contemporâneo é carregado de preconceitos em relação à mulher, principalmente a executiva que é vista como sendo aquela que usou da sua sexualidade para chegar ao topo e que se comporta “como homem”. Fora isso, carrega, como reflexo desses preconceitos, a ideia de que, para ser respeitada em cargos de diretoria, deve agir como homem (com firmeza, seriedade, “sem emoção”, dura), mas para ser amada, deve ser feminina, delicada, amável – categorias estereotipadas da mulher desde a Antiguidade – o que torna tudo muito mais difícil. Uma cisão lhe é sempre exigida. A cultura corporativa ainda é muito masculina, principalmente nas indústrias. Os homens, geralmente conquistam maiores sucessos porque puderam investir, ao longo da história muito mais em sua educação e carreira.

Para poder dar conta desse cenário a mulher executiva no Brasil, por exemplo, pode “terceirizar” algumas das suas funções com babás e empregadas, o que não exclui de forma alguma seus conflitos “[...] a orientação quanto a valores e definição de limites não é facilmente transferida, o que representa uma carga adicional para a mulher executiva” (NETO, TANURE E ANDRADE, 2010, p. 6).

O sofrimento da mulher, portanto, é duplicado: agora ela trabalha tanto quanto o homem fora de casa e, em casa, precisa se dedicar com a mesma intensidade aos afazeres domésticos e atenção com os filhos, mesmo que tenha uma rede de empregados na casa, pois no fim das contas, até isso precisa administrar.

A mulher, apesar dos “avanços”, ainda prioriza sua vida doméstica mesmo possuindo estudo universitário e emprego fixo, renunciando muitas vezes ao que gosta para dedicar-se à família. Com a vinda do cenário contemporâneo, começa-se a perceber o movimento de angústia, ansiedade e culpa por parte da mulher que precisa escolher entre seu sentido de dever e novos projetos alcançados, diferentemente de épocas anteriores (SARTI, 2000).

### **3. Desafios da mulher contemporânea.**

A mulher contemporânea vive múltiplas possibilidades, mas também acumula diversas funções à custa de seus prazeres e conquistas, ou seja, com razoável sofrimento. Quando opta pelo trabalho, por exemplo, sente culpa, pois gostaria de passar maior tempo de qualidade com os filhos e marido. Com isso, passa a sofrer por não poder ser eficaz como gostaria em outras funções. São frequentes as queixas físicas, como dor de cabeça, dores abdominais, crises de hipertensão e outros, quando esses conflitos começam a aparecer. No geral, são mais constantes entre aquelas que exercem trabalho fora do lar do que entre as que se dedicam apenas à família. Isso tudo se soma ao fato da mulher também sofrer pressão dentro do próprio trabalho para não ter filhos; com baixos salários, muitas vezes em cargos iguais aos de homens que, no geral recebem mais; discriminação velada a respeito de sua real capacidade para gerir e atuar em cargos de importância; conflitos entre o casal a respeito da divisão dos papéis dentro do lar; maternidade tardia, entre outros (FIORIN, PATIAS E DIAS, 2011).

Tais circunstâncias podem gerar sentimentos de tristeza, incompetência, ansiedade, culpa e impotência consideráveis sobre a mulher contemporânea. “As potencialidades ampliaram-se como nunca no mundo contemporâneo, mas a tarefa de realizá-los é árdua” (SARTI, 100, p. 48).

Quanto às questões financeiras, a mulher encontra novos obstáculos. Agora, apesar de ajudar nos rendimentos do lar, ela se depara com um marido que tende a preservar a dominância no interior da família e, em caso de dissensões, o problema é facilmente resolvido mediante o uso de poder, o que mostra que ainda a autoridade da esposa não se equipara à do homem, mas permanece subordinada aos comandos do mesmo. A mulher, por sua vez, teme reações e conflitos diretos com o marido com receio de romper a coesão da família mantendo, a todo custo, tensões e conflitos encobertos. Novamente, a mulher entra com mais uma função – a de “mantenedora do bom andamento do lar”, fazendo-o à custa dos próprios interesses e vontades (ROMANELLI, 2000).

Para Bisoli- Alves (2000) soma-se a esta configuração, a exigência para que a mulher tenha mais habilidades das que já possui de berço. Precisa saber gerir o dinheiro familiar, cuidar de sua família e dominar, razoavelmente, leitura e escrita para que dê boa educação aos seus filhos e proporcione um futuro adequado aos mesmos. Ela passa a ser o suporte para que a vida doméstica e profissional de filhos e esposo ocorra da melhor maneira possível e sem interrupções, a fim de que corra tudo bem no futuro. É notório que, com isso, encontremos mulheres/mães extremamente irritadiças e com pouca paciência para os filhos.

A mulher contemporânea passa por uma série de vulnerabilidades referente à saúde mental decorrente deste cenário descrito até então, como a violência física e emocional das múltiplas jornadas de trabalho, juntamente com as funções do lar e as exigências impostas a respeito do que se espera dela (no âmbito profissional e pessoal). O acúmulo de atividades representa o principal risco dessas mulheres na atualidade que oscilam entre prazer e culpa todo o tempo (SILVA E LIMA, 2012).

Para além do esforço realizado no trabalho e dentro da vida privada, soma-se uma árdua tarefa para conciliar múltiplas coisas e dedicar-se à criação dos filhos. É exigido da mulher que cuide do próprio corpo e isso inclui uma rotina de vigilância exacerbada sobre o que deve ou não comer, e os momentos, por vezes escassos na academia, para conseguir manter o corpo ideal, a atratividade, a boa saúde. Com frequência é reprovada por si mesma com sentimentos de incompetência e culpa por não render como deveria. Quando o esgotamento está prestes a abalar a “harmonia” das coisas, a mulher com medo do iminente fracasso, opta por afastar-se do trabalho, tornando sua volta ao mercado de trabalho muito mais difícil (BORSA E FEIL, 2008)

A expatriação de mulheres para trabalharem fora do país também está sendo objeto de estudo, pois se verifica que há uma discriminação relacionada ao gênero, pois geralmente a mulher não muda a moradia do marido e dos filhos em função de uma empresa, quando o contrário sempre ocorre. No entanto, ao que parece, existe a possibilidade do fracasso profissional feminino ter um peso menor que o masculino, pois, levando em conta o ‘ser mãe’ e ‘ser esposa’, bastante valorizado na cultura brasileira, em última instância, tem um grande peso na escolha de muitas mulheres executivas, influenciando a tomada de decisão quanto ao momento da expatriação, por exemplo.

No caso de mulheres que ainda não constituíram família, a pressão para tal decisão torna-se maior porque, segundo Neto, Tanure e Andrade (2010),

o período primordial para ascensão das mulheres executivas está concomitantemente no mesmo período em que a fertilidade delas está altíssima.

Após os 35 anos, a fertilidade reduz drasticamente, justamente em um período de estabilização na empresa para uma possível expatriação, fazendo com que muitas se sintam pressionadas exatamente por não terem filhos e a possibilidade da gravidez estar cada vez mais reduzida, por conta da idade. Este momento pode acontecer justo no tempo de grande expansão e reconhecimento no trabalho que lhe pede, por sua vez, total dedicação.

As horas excessivas de trabalho promovem a ausência emocional da mulher no âmbito do lar, pois mesmo estando em casa cumprindo seus afazeres, está ausente qualitativamente das relações (falta de atenção, distração) e, não raro, indisponível para diálogos, lazer, brincadeiras com os filhos.

Essa ausência tende a ser muito maior quando as empresas passaram a exigir uma postura de maior pro atividade e antecipação de eventuais problemas, além de terem aumentado bastante a cobrança de resultados. Esse quadro é potencializado pelo uso de *e-mails*, telefones celulares e *laptops* em casa, o que dificulta a disponibilidade para a família. É o paradoxo do estar presente estando ausente. Sem forças para lutar contra esse panorama, a mulher pode se sentir culpada (NETO, TANURE E ANDRADRE, 2010, p. 8).

Para concluir, sobre os inúmeros desafios da mulher, torna-se importante pensar o fenômeno do *burnout* como última consequência da exaustão física e mental na qual vivem. O esgotamento e sensação de cansaço e frustração constantes marcam essas mulheres que vão levando a vida sem se preocuparem com seu estado patológico, passando por um estado de esgotamento físico e mental (no geral, sintomas como distúrbios do sono, dificuldade de concentração, oscilação de humor, fazem parte do quadro geral de sintomas) sem, necessariamente, procurarem ajuda.

Diante deste cenário é que se encontra, portanto, o profissional consultor. O que fazer? Como ajudar? Como amparar essa mulher que, com tantas pressões, ainda precisa ser a “boa mulher sábia” como a Bíblia diz. Afinal, o que ela precisa ser? Como atuar no consultório do consultor levando em conta este contexto, que perpassa a vida profissional da mulher e começa a colher sofrimento e sintomas das consequências deste momento histórico?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher, apesar de ganhar cada vez mais espaço diante da sociedade na qual está inserida, ainda sofre preconceitos e discriminações, principalmente no ambiente do trabalho e eclesial. Ela precisa diariamente enfrentar os desafios da profissão e mostrar habilidade e desenvoltura para lidar com assuntos pertinentes à área de atuação, contornando situações para evitar o confronto direto com os homens, maioria nos grandes cargos. Essa mesma mulher precisa administrar seu tempo de trabalho – voltado ao lar – no qual deve cumprir suas funções de mãe e esposa sem titubear.

A mulher foi e ainda é personagem central da história da humanidade, porém com uma vivência muito sofrida e marcada por submissão aos homens. Por muito tempo viveu em um mundo onde a força bruta foi preponderante e, por muitas vezes, a mulher foi qualificada como desnecessária em outros setores, círculos e ambientes, menos no que tange a cumprir o papel de mãe e cuidadora. Atualmente essa busca pela valorização feminina é cada vez mais constante e perene. Mesmo assim, muitas mulheres fazem o caminho inverso, deixando a faculdade, empresas e/ou altos cargos para cuidar do lar, sentindo-se culpadas por não darem conta do trabalho, dos filhos e esposo.

Diante deste estudo, podemos considerar que a mulher, ao sair de sua casa para uma busca profissional, quer sentir-se valorizada dentro de seu lar por seus pais, marido e filhos, não como antigamente, quando era apenas responsável pelos afazeres da casa. Quer ser vista como uma parceira e receber auxílio e participação mais ativa de seu marido, não só no lar, mas para tantas outras coisas que sente ser capaz de fazer.

O trabalho do conselheiro na pós-modernidade torna-se um desafio constante, pois terá que buscar ferramentas bíblicas e psicológicas para entender esse momento histórico de grande complexidade. Esse profissional precisará oferecer suporte a essa mulher contemporânea a fim de que encontre o seu equilíbrio, satisfação pessoal e emocional sem que isso seja uma cobrança e um fardo: encontrar o equilíbrio e o que faz sentido em sua vida, para além do discurso corrente e que exige da mulher tantas pressões.

Para May (2009), o conselheiro deve ajudar a mulher a livrar-se, sobretudo, de seus sentimentos de culpa e inferioridade, e ensiná-la a dirigir seus esforços para fins construtivos profissionalmente, intelectualmente e na vida privada. Tentar fazê-la encontrar sentido para o que faz e ver, em cada caso, o que vale a pena e qual o desejo dessa mulher, muitas vezes não ouvida em

suas reais necessidades, mas apenas cobrada. Uma vez encontrado esse equilíbrio, será mais fácil que essa mulher pondere a respeito da própria cobrança que faz frente às suas limitações, que seja mais criativa e seja ativa sobre as decisões que tomar e, sobretudo, como lidar com suas questões espirituais diante desse cenário todo.

Frente a tantas mudanças, é preciso, em conjunto com a sociedade, mobilizar igrejas, escolas, universidades para auxílio desse problema que vem assolando não somente a mulher, mas o homem que também se encontra em crise e sem preparo para tarefas e situações cotidianas. Trata-se de uma área importante para intervenção. O conselheiro deve, da melhor maneira possível, esclarecer os componentes socioculturais e históricos do conceito de família e seus novos significados e mudanças, as transformações dos valores, a ética, a fim de estabelecer critérios para a sensibilidade aos novos papéis, desmistificando o preconceito sobre a mulher, o que é esperado dela. Uma atenção, uma escuta e uma construção ética voltada ao fortalecimento dessas novas maneiras de viver em família.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIASOLI- ALVES, Z. M. M. *Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX*. Psicologia: Teoria e Pesquisa Set- Dez 2000, Vol. 16, n 3, pp. 233 – 239.
- BORSA, J. C.; FEIL, C. F. *O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão*. Psicologia o portal dos psicólogos, 2008.
- Censo 2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/04/27/cresce-numero-de-pessoas-que-se-divorciam-e-que-optam-pela-uniao-consensual.htm>> Acesso dia 20 de fevereiro de 2013.
- COLLINS, G. R. *Aconselhamento cristão*: edição século 21. São Paulo: Vida Nova, 2004.
- CRABB Jr., L. J. *Como compreender as pessoas: fundamentos bíblicos e psicológicos para desenvolver relacionamentos saudáveis*. São Paulo: Vida, 1998.
- FIORIN, P. C.; PATIAS, N. D.; DIAS, A. C. G. *Reflexões sobre a mulher contemporânea e a educação dos filhos*. Revista Sociais e Humanas. Santa Maria, v. 24, n. 02, jul/dez 2011, p. 121 – 132.
- FORGHIERI, Y. C. *O Aconselhamento Terapêutico na Atualidade*. Revista da Abordagem Gestáltica. - XIII(1): 125-133, jan-jun, 2007.
- MAY, R. *A arte do aconselhamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MOLOCHENCO, S. *Curso Vida Nova de Teologia Básica: Aconselhamento*. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- NETO, A. M. de C.; TANURE, B.; ANDRADE, J. *Executivas: carreira, maternidade, amores e*

*preconceitos*. RAE eletrônica, v. 9, n. 1, Art 3, jan-jun, 2010.

PROBST, E. R. *Evolução da Mulher no mercado de trabalho*. Dissertações (Pós Graduação em Gestão Estratégica de Recursos humanos) – Instituto Catarinense de Pós Graduação, Santa Catarina, 2007. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em: 10/09/2014.

ROMANELLI, G. *Autoridade e poder na família*. In: A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2002.

SARTI, C. A.; *Família e individualidade: um problema moderno*. In: A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2002.

SILVIA, D. M. da; LIMA, A. O. *Mulher, trabalho e família na cena contemporânea*. Contextos Clínicos, vol 5, n 1: 45- 51, jan- jun 2012.

<sup>1</sup> Formada em Gestão de Pessoas pela Faculdade Anhanguera e Pós-graduada em Aconselhamento pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo. E-mail: edna.anss22@gmail.com.

<sup>2</sup>Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/04/27/crece-numero-de-pessoas-que-se-divorciam-e-que-optam-pela-uniao-consensual.htm>>. Acesso em novembro de 2013.

<sup>3</sup> Ficou estabelecido na Constituição de 32, por exemplo, que não deveria haver distinção de sexo, salário igual, proibição do trabalho para mulheres grávidas no período de quatro semanas antes do parto e quatro depois, e a proibição do trabalho feminino das 22h às 5h, entre outros (Probst, 2007).